



Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337  
Blumenau, v. 9, n. 3, p. 06-21, jul./set., 2013

doi:10.4270/ruc.2013319  
Disponível em [www.furb.br/universocontabil](http://www.furb.br/universocontabil)



---

## **EVIDENCIAÇÕES DE INFORMAÇÕES SOCIAIS EM SEIS BANCOS BRASILEIROS – UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONAL <sup>1</sup>**

### ***SOCIAL DISCLOSURES IN SIX BRAZILIAN BANKS - AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF INSTITUTIONAL THEORY***

### ***INFORMACIÓN SOCIAL EN SEIS BANCOS BRASILEÑOS - UN ANÁLISIS A LA LUZ DE LA TEORÍA INSTITUCIONAL***

#### **José Maria Dias Filho**

Doutor em Controladoria e Contabilidade – FEA/USP  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade – UFBA  
Endereço: Praça 13 de Maio, 06, Piedade (Centro), 3º andar  
CEP 40070-010 - Salvador - BA  
E-mail: [zemariadias@uol.com.br](mailto:zemariadias@uol.com.br)  
Telefone: (71) 3283-7584

#### **Fábio Viana de Moura**

Mestre em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal da Bahia  
Professor da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP  
Endereço: Rua do Catete, nº 166, Centro  
CEP: 35420-000 – Mariana – MG  
E-mail: [favimoura@hotmail.com](mailto:favimoura@hotmail.com)  
Telefone: (31) 3558-2275

#### **RESUMO**

O principal objetivo deste trabalho foi verificar até que ponto políticas de evidenciação de aspectos sociais adotadas por determinadas instituições financeiras são influenciadas por práticas de evidenciação adotadas por seus pares de maior porte. Para tanto, baseou-se em conhecimentos da Teoria Institucional [Meyer e Rowan (1977), Dimaggio e Powell (1983), Tolbert e Zucker (1999)], considerando principalmente o conceito de isomorfismo mimético. Foram examinados 24 balanços sociais dos seis maiores bancos brasileiros, referentes ao período de 2001 e 2005. A pesquisa fornece evidências de um possível processo isomórfico na adoção de políticas de evidenciação de caráter social e ambiental entre as organizações estudadas. Afinal, comprovou-se que bancos de menor porte tendem a copiar modelos e práticas de evidenciação adotados pelos maiores. Os resultados confirmam a hipótese de que quando as organizações se deparam com incertezas e ameaças significativas para a sua

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 14.02.2012 Revisado por pares em 24.06.2013. Reformulado em 26.09.2013. Recomendado para publicação em 27.09.2013 por Carlos Eduardo Facin Lavarda. Publicado em 30.09.2013. Organização responsável pelo periódico: FURB.

continuidade, tendem a copiar estruturas e modelos adotados por outras que sejam percebidas como eficientes e racionais no ambiente em que operam. Este comportamento mostra-se congruente com os preceitos da Teoria Institucional.

**Palavras-chave:** Evidenciação Contábil, Teoria Institucional, Balanço Social, Instituições Bancárias.

## ABSTRACT

*The main objective of this study was to assess the extent to which accounting policies of social disclosure adopted by certain financial institutions are influenced by disclosure practices adopted by their larger peers. Thus, it was based on presumptions of the Institutional Theory [Meyer and Rowan (1977), DiMaggio and Powell (1983), and Zulker Tolbert (1999)], mainly considering the concept of mimetic isomorphism. We examined 24 social audits of the six largest brazilian banks, during the period between 2001 and 2005. The research provides evidences of a possible isomorphic process in the adoption of social and environmental disclosure policies among the organizations studied. After all, it was shown that smaller banks tend to copy models and disclosure practices adopted by larger banks. The results confirm the hypothesis that when organizations are faced with uncertainties and significant threats to its continuity, tend to copy structures and models adopted by others who are perceived as rational and efficient in the environment which they operate. This behavior was consistent with the precepts of institutional theory.*

**Keywords:** Accounting Disclosure, Institutional Theory, Social Balance Sheet, banking institutions.

## RESUMEN

*El objetivo principal de este trabajo fue verificar el grado en que las políticas que evidencian aspectos sociales adoptados por algunas instituciones financieras se ven influidos por las prácticas de divulgación aprobadas por sus pares más grandes. Por lo tanto, se ha basado sobre el conocimiento de la Teoría Institucional [Meyer y Rowan (1977), DiMaggio y Powell (1983), Tolbert y Zulker (1999)], especialmente teniendo en cuenta el concepto de isomorfismo mimético. Fueron examinados 24 informes sociales de los seis bancos más grandes de Brasil, para el período comprendido entre 2001 y 2005. La investigación proporciona evidencia de un posible proceso de adopción de políticas isomorfas de divulgación social y ambiental de las organizaciones estudiadas. Después de todo, se ha demostrado que los bancos más pequeños tienden a copiar las plantillas y las prácticas de divulgación aprobadas por los más grandes. Los resultados confirman la hipótesis de que cuando las organizaciones se enfrentan a incertidumbres y las amenazas significativas a su continuidad, tienden a copiar las estructuras y los modelos adoptados por otras que se perciben como medio eficiente y racional en el que operan. Este comportamiento es coherente con los preceptos de la teoría institucional.*

**Palabras clave:** Divulgación Contable, Teoría Institucional, Informe Social, Instituciones Bancarias.

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, tem-se percebido que uma grande quantidade de organizações, valendo-se de vários mecanismos de evidenciação, tornam pública uma vasta gama de informações de cunho social. Por seu significado para pesquisadores e agentes responsáveis pela aplicação do conhecimento, esse fenômeno tem sido incorporado à agenda de pesquisas em vários ramos de conhecimento, inclusive na contabilidade. Deegan, Rankin e Tobin (2002, p.317) relatam

que as evidenciações de caráter social e ambiental têm aumentado em todo o mundo, tanto em número de empresas que passam a aderir a esse tipo de evidenciação quanto em volume e complexidade. Estudos indicam que cresce o número de organizações preocupadas em demonstrar compromisso com o bem estar social. Autores, como Gray, Kouhy e Lavers (1995), Deegan e Rankin (1996), Toms (2002), Pinto e Ribeiro (2004) confirmam essa tendência por meio de estudos que se dedicam a explicar políticas de evidenciações voluntárias de cunho social.

Por outro lado, observa-se que cresce o número de estudos dedicados a compreender as razões pelas quais determinadas empresas investem em políticas de evidenciação voluntária, notadamente as que incorporam conteúdo social ou ambiental. Dias Filho (2007, p.2) faz referência a diversas pesquisas realizadas no ambiente internacional com o propósito de verificar até que ponto evidenciações dessa natureza ajudariam uma empresa a conquistar, manter ou recuperar legitimidade no ambiente em que ela opera.

Na pesquisa contábil, tal fenômeno, denominado evidenciação voluntária, vem recebendo a atenção de muitos estudiosos, que fazem uso das mais variadas abordagens teórico-metodológicas. A título de exemplo, Suijs (2006) demonstra que fatores como a incerteza da reação do investidor podem influenciar a decisão de evidenciar ou não voluntariamente algumas informações. Malacrida e Yamamoto (2006), considerando também divulgação de informações de caráter não obrigatório, tais como as de cunho sócio-ambiental, traçam um paralelo entre nível de evidenciação e volatilidade dos títulos de algumas empresas brasileiras. Tal preocupação torna-se justificável principalmente quando se observa uma visível explosão de divulgações de informações de caráter social e ambiental. Deegan, Rankin e Tobin (2002, p.317) relatam que estudos que se dedicam a examinar divulgações de ordem sócio-ambiental têm constatado um aumento dessas publicações ao longo do tempo, tanto em número de empresas que passam a fazê-las quanto em quantidade de informação. Aparentemente, existe uma explícita e crescente preocupação de várias empresas, dos mais variados setores, em tornar visíveis conteúdos que relatem suas ações sociais e ambientais.

Não se limitando às fronteiras brasileiras, vários pesquisadores estrangeiros vêm tentando explicar tais acontecimentos. Gray, Kouhy e Lavers (1995) apresentam uma revisão da literatura referente à evidenciação sócio-ambiental corporativa; Deegan e Rankin (1996), analisando empresas australianas, estudam as influências dos processos por faltas ambientais na evidenciação sócio-ambiental voluntária. Deegan, Rankin e Tobin (2002) analisam os fatores determinantes da decisão de se publicar informações sócio-ambientais em uma grande companhia australiana. Toms (2002) dedica-se a verificar o papel da evidenciação contábil na criação da “reputação ambiental corporativa”.

Em congruência com essas evidências, Dias Filho (2007, p.3) afirma que com o agravamento dos problemas relacionados com o aquecimento global é de se esperar que empresas invistam ainda mais em evidenciações de ordem social e ambiental. Em seu trabalho, ele busca comprovar o poder explicativo da Teoria da Legitimidade para o fenômeno das divulgações voluntárias. Realça a importância da utilização de outras perspectivas teóricas, que não apenas as derivadas de teorias econômicas e financeiras, para se explicar as práticas e a evolução da contabilidade.

Deste modo, identificar as razões pelas quais cresce o número de organizações que investem em evidenciações de caráter social é preocupação que se faz cada vez mais presente na agenda da pesquisa contábil. Fator que motivou a presente pesquisa a estudar as razões pelas quais empresas do setor bancário são levadas a adotar práticas e técnicas de divulgação voluntária, debruçando-se sobre o seguinte problema de pesquisa: As políticas de evidenciação contábil de cunho social, adotadas por seis importantes bancos brasileiros, são influenciadas por práticas de evidenciação adotadas pelo banco de maior porte?

Mais especificamente, a pesquisa buscou investigar até que ponto políticas de evidenciação sobre aspectos sociais adotadas por instituições financeiras são influenciadas pelo comportamento dos pares que ocupam posição de destaque no mesmo ramo de atividade.

Anteriormente, fez-se referência a alguns trabalhos que tiveram como objeto de estudo evidenciação voluntária de caráter social, cuja agenda de pesquisa tem se desenvolvido em todo o mundo, em função da expansão do volume desse tipo de divulgação (DEEGAN; RANKIN; TOBIN, 2002, p.317).

O presente trabalho focalizou apenas uma parte desse fenômeno. Mais diretamente, tentou identificar os fatores que explicam a adoção de certas práticas de evidenciação voluntária por seis grandes bancos brasileiros. Para isso, buscou evidências de que as práticas de evidenciação voluntária adotadas pelo banco de maior porte do grupo pesquisado influenciam as práticas dos seus pares.

Como não poderia deixar de ser, essa inquietação não se formou num vácuo; pelo contrário, baseou-se nos conhecimentos que formam a chamada Teoria Institucional (MEYER; ROWAN, 1977). Apoiou-se, mais diretamente, no conceito de isomorfismo mimético (DIMAGGIO; POWEL, 1983, p.151), que será explorado com maior profundidade em seções posteriores. Vale ressaltar, como nos releva Dias Filho (2004, p.32), que o uso dessa teoria tem sido defendido com muito ímpeto por vários autores que buscam explicações para práticas contábeis, considerando o contexto no qual a empresa se insere.

Desse modo, o objetivo principal deste trabalho foi verificar até que ponto políticas de evidenciação contábil de caráter voluntário, especialmente as de conteúdo social, adotadas por instituições financeiras, são influenciadas pelas políticas de igual natureza adotadas pelo líder do grupo (banco de maior porte).

Outro objetivo da presente pesquisa foi o de identificar alternativas metodológicas para a elaboração de pesquisas que se utilizem do mesmo paradigma teórico. Pois, como expõem Tolbert e Zucker (1999, p.198), a Teoria Institucional ainda está por definir metodologias, delinear fronteiras de investigação empírica, desenvolver *proxies* e estabelecer limites de investigação para sua capacidade de explicar a realidade.

Ao se realizar este estudo, esperou-se contribuir para uma melhor compreensão da relação entre ambiente organizacional e conformação das estruturas das entidades nele inseridas. De modo que, fundamentando-se em conceitos da Teoria Institucional [Meyer e Rowan (1977), Dimaggio e Powell (1983), Tolbert e Zucker (1999)], expõe evidências de que processos isomórficos miméticos determinam a homogeneidade das políticas de evidenciação contábil entre o grupo de empresas observado.

Assim sendo, buscou-se apoio em um instrumental teórico ainda pouco utilizado por pesquisadores da contabilidade no Brasil, qual seja: a Teoria Institucional. E, em especial, no conceito de Isomorfismo Mimético (DIMAGGIO; POWEL, 1983, p.151), o que coloca em destaque a relevância teórica do presente estudo.

Entendeu-se também que a realização deste trabalho se justificou por ter tido como objeto de estudo um fenômeno que se apresenta em escala ascendente em todo o mundo: as evidenciações voluntárias de cunho social.

Por fim, esperou-se que, buscando evidências empíricas acerca do processo de disseminação e institucionalização de práticas de evidenciação contábil em um dos setores mais importantes da economia brasileira, pudesse-se oferecer subsídios aos pesquisadores e responsáveis por formulação de políticas contábeis, que lhes permitam entender por que algumas práticas de evidenciação alcançam êxito enquanto outras, aparentemente mais eficientes, sucumbem com o tempo.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A Teoria Institucional

Como mencionou-se em seção anterior, o presente trabalho se assenta nos fundamentos da Teoria Institucional. Impulsionada pelos trabalhos de John W. Meyer e Brian Rowan, essa teoria tem contribuído para investigar uma vasta gama de fenômenos no âmbito das organizações (TOLBERT; ZUCKER, 1999, p.196). Um exemplo desta diversidade pode ser percebido nos seguintes trabalhos: Fligstein (1985) utiliza tal teoria para explicar a predominância da estrutura multi-divisional entre grandes empresas americanas, Robson *et. al* (2007) também se beneficiaram dos princípios da teoria institucional para explicar uma nova tendência de adoção da metodologia de avaliação de risco do negócio por grandes empresas de auditoria e, Euske e Riccaboni (1999) dela fizeram uso para explicar a importância do sistema de controle de gestão, no mutante ambiente sócio-político de um grande banco italiano.

A Teoria Institucional, como exposto por Meyer e Rowan (1977) e Dimaggio e Powell (1983), teve como ponto de partida Teorias Organizacionais; que, por sua vez, foram fortemente influenciadas, dentre outros, pelos trabalhos de Max Weber. Para este importante pensador da ciência moderna, as formas organizacionais burocráticas eram consequências da economia de mercado e de estados centralizados. A economia de mercado premiaria a racionalidade e a coordenação (WEBER, 1930 *apud* MEYER; ROWAN, 1977, p.342).

Por essa linha de pensamento, quando o mercado se expande, as redes relacionais em um dado domínio se tornariam mais complexas e diferenciadas, e as organizações passariam a ter que gerenciar melhor suas interdependências internas e externas. Segundo Meyer e Rowan (1977, p.342), para alguns teóricos organizacionais, como Aiken e Hage (1968), Freeman (1973) e Thompson (1967), em tais situações, haveria um aumento da necessidade por coordenação, uma vez que trabalhos formalmente coordenados teriam vantagens competitivas; e organizações com estruturas formais racionalizadas tenderiam a se desenvolver mais do que as que não as tivessem.

Questionando essa ideia, de que os arranjos organizacionais se dão exclusivamente para gerenciar complexas redes relacionais e para garantir o exercício da coordenação e controle, Meyer e Rowan (1977) começam a articular a chamada Teoria Institucional. Para isso, baseiam-se em uma alternativa weberiana que possivelmente também explicaria a origem da estrutura formal de organizações, qual seja: a legitimidade de estruturas formais racionalizadas (MEYER; ROWAN, 1977, p. 343).

Para essa linha de pensamento, as estruturas organizacionais não resultariam somente das redes relacionais das entidades, das suas demandas por eficiência; mais do que isso, essas estruturas estariam arraigadas na difundida realidade social, sendo também reflexo dela. Segundo esses autores:

[...] posições, políticas, programas e procedimentos de modernas organizações são feitos cumprir pela opinião pública, pela visão de cidadãos importantes, por conhecimentos legitimados através do sistema educacional, pelo prestígio social, por leis e, por definições de negligência e prudência usadas pelos tribunais. Tais elementos da estrutura formal são manifestações de poderosas regras institucionais que funcionam como mitos altamente racionalizados, que passam ser obrigatórios a determinadas organizações (MEYER; ROMAN, 1977, p.343).

Esses mitos gerados por práticas organizacionais específicas são difundidos através de redes relacionais e têm legitimidade baseada na suposição de que eles são racionalmente efetivos (MEYER; ROWAN, 1977, p.347). Bell (1973) *apud* Meyer e Rowan (1977, p.344), ao falar sobre o impacto dessas regras institucionalizadas, diz que elas definem novas

situações organizacionais, redefinem as existentes e especificam os significados para imprimir racionalidade em cada uma delas. Considera-se também que tais regras se difundem rapidamente nas sociedades modernas como parte da ascensão de uma sociedade pós-industrial. Novos domínios de atividade são codificados em programas, profissões e técnicas institucionalizados e as organizações incorporam esses pacotes de códigos (MEYER; ROWAN, 1977, p.340).

Em semelhante sentido, Perrow (1985, p.152) comenta que organizações institucionalizadas são julgadas por suas formas, não por sua produção; e, portanto, pouco monitorariam sua produção, mas protegeriam suas estruturas, que seriam a principal fonte de legitimidade.

Para a Teoria Institucional, em sociedades modernas, organizações surgem em contextos altamente institucionalizados, onde profissões, políticas e programas são criados juntamente com produtos e serviços e que todos são concebidos para produzir racionalidade. Assim, organizações passam a incorporar práticas e procedimentos definidos previamente pela sociedade como conceitos racionalizados de trabalho organizacional (MEYER; ROWAN, 1977, p. 343).

Produtos, serviços, técnicas, políticas e programas institucionalizados funcionam como mitos poderosos e muitas organizações os adotam cerimoniosamente. Ao manter sua conformidade cerimonial, organizações refletem regras institucionalizadas objetivando proteger suas estruturas formais das incertezas das atividades técnicas. Incorporando tais mitos racionalizados, organizações ganham legitimidade, aumentam suas chances de sobrevivência. Por essa perspectiva, como dito por Bell (1973) *apud* Meyer e Rowan (1977, p.344), certos elementos organizacionais, como tecnologias, procedimentos técnicos de produção, contabilidade, seleção de pessoal ou processamento de dados tornam-se mitos obrigatórios às organizações. Tais aparatos não teriam somente uma função técnica, uma vez que a sua adoção buscaria transmitir aos membros da sociedade uma visão de racionalidade, ou seja, uma garantia de que as organizações se enquadram nos padrões racionais promulgados pela própria comunidade.

Todos esses argumentos abriram uma série de oportunidades de estudo, notadamente no que se refere à alternativa de se explicar mudanças organizacionais dissociadas da busca por eficiência ou estimuladas pelo processo competitivo, como posto por Dimaggio e Powell (1983, p.147).

Tais ideias trazem implicações para o entendimento do processo de conformação de estruturas organizacionais, assim como para o de escolha, disseminação e aceitação de certos mecanismos e práticas em determinado ambiente organizacional. Elas também influenciam a forma de entender a Contabilidade, sua evolução e estado atual. Por esse ângulo teórico, a contabilidade não deve ser tratada como uma disciplina estática, puramente técnica, mas sim como instrumento relacionado com as organizações e com a conjuntura social vigente, determinante do ambiente no qual ela opera (DIAS FILHO, 2004, p.45).

Ainda desenvolvendo essa argumentação, Meyer e Rowan (1977, p.345) consideram que a busca organizacional por legitimidade social pode acarretar algumas consequências para as organizações inseridas em ambientes altamente institucionalizados. Segundo tais autores, o crescimento de estruturas institucionais racionalizadas na sociedade constrói organizações formais mais similares e mais elaboradas. Isto é, as organizações refletem, estruturalmente, uma realidade socialmente construída.

Dimaggio e Powell, dois outros autores responsáveis por muitos progressos na construção da Teoria Institucional, demonstram, em uma de suas principais obras, *The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields*, que as mudanças organizacionais aparentam ser cada vez menos dirigidas pela competição ou pela busca por eficiência. Para eles, a burocratização e outras formas de mudança

organizacional ocorrem como resultado do processo que tornam as organizações mais similares, sem necessariamente torná-las mais eficientes.

Todos esses argumentos formam a base de um importante conceito: o de isomorfismo organizacional. O trabalho de Dimaggio e Powell (1983) nos ensina que a institucionalização de uma estrutura é como um processo, que a depender dos fatores que o determinaram, poderá ser classificado em três tipos, coercitivo, mimético e normativo. Dias Filho (2004, p.37) afirma que essa tipologia é de fundamental importância para se explicar por que determinadas organizações de certos setores são homogêneas em diversos aspectos, inclusive em relação à escolha de métodos contábeis.

Ao comentar o modelo institucional, tal autor, afirma que a constatação de que o homem não está somente preocupado em identificar os custos e benefícios associados a diferentes alternativas de ação, buscando sempre a maximização de utilidades, é de particular importância para a pesquisa contábil, pois indica que nem sempre as organizações acolhem este ou aquele procedimento por tê-lo como mais racional. Ao contrário, suas escolhas poderiam ser direcionadas pela visão do que é tido como melhor, mais adequado, racional e justo no ambiente em que estão inseridas.

Vale ressaltar que Teoria Institucional tem servido de apoio para vários trabalhos que visam a estudar as similaridades organizacionais em determinado ambiente. Recentemente, Ventura (2005) fez uso de seus conceitos para analisar a disseminação de práticas relacionadas ao movimento da Responsabilidade Social Empresarial; no setor bancário Brasileiro. Tal pesquisa traz evidências de que as práticas de organizações maiores podem servir de parâmetro para organizações menores, que se encontram diante de incertezas técnicas ou mercadológicas.

E, foi fundamentando-se em tais ideias que esta pesquisa buscou investigar as evidenciações voluntárias de seis importantes bancos brasileiros. Mais especificamente, o processo de disseminação e conformação de determinados procedimentos de evidenciação contábil, constantes nos balanços sociais das empresas estudadas.

## **2.2 O conceito de isomorfismo como hipótese subjacente**

Esta pesquisa teve como objetivo analisar até que ponto as práticas de evidenciação voluntária constantes no balanço social do banco de maior porte do grupo estudado têm influência nas divulgações dos demais bancos. Como dito, esta ideia apoia-se em conhecimentos e conceitos da Teoria Institucional, para a qual as organizações não escolhem seus procedimentos e estruturas exclusivamente em função de análises técnicas e racionais. Mais do que isso, elas procuram adotar procedimentos e estruturas promulgados pela sociedade como eficientes, bons, justos, etc. Essas instituições, mitos, são construídas por um processo que resulta em uma homogeneidade das estruturas ambientais, ou seja: organizações tornam-se mais similares em seu ambiente (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p.147).

Tentando demonstrar as variadas forças que levam as organizações de um determinado ambiente a se tornarem homogêneas, Dimaggio e Powell (1983, p.149) apresentam o conceito de isomorfismo. Este, pela descrição de Hawley (1968) *apud* Dimaggio e Powell (1983), é o processo de coação que força uma unidade da uma população a assemelhar-se às outras unidades diante das mesmas condições ambientais.

Expandindo as ideias de Hannan e Freeman (1977), que trataram o isomorfismo organizacional assumindo um sistema de racionalidade, Dimaggio e Powell (1983, p.149) argumentam que tal visão não é totalmente adequada para caracterizar plenamente o mundo moderno das organizações. Assim, propõem que ela deve ser suplementada pelo conceito de isomorfismo institucional, uma vez que as organizações não competem apenas por recursos e consumidores, mas também por poder político e legitimidade organizacional.

Desta maneira, disputam tanto uma adequada forma social como econômica. Esses autores tipificam três mecanismos, cada qual com seus próprios antecedentes que levam a mudanças organizacionais isomórficas. São eles: o isomorfismo coercitivo, mimético e normativo.

Segundo aqueles autores, o primeiro tipo, origina-se das influências políticas e do problema da legitimidade; o segundo seria resultante de padrões de respostas a incertezas; e o último estaria associado à profissionalização. Dimaggio e Powell (1983, p.150) ressaltam que essa tipologia é analítica, e que os tipos de isomorfismo não são sempre distinguíveis empiricamente, alertando que eles podem derivar de diferentes condições e conduzir a diferentes resultados.

O isomorfismo coercitivo resulta de pressões formais e informais exercidas sobre organizações por outras das quais aquelas sejam dependentes e por expectativas culturais da sociedade dentro da qual a organização se encontra inserida (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p.150). Um exemplo seria a adoção de determinados procedimentos por força de imposição legal, onde subentende que tais leis representem os anseios da sociedade. Ainda para explicar esse tipo de isomorfismo, Coser *et al.*(1982) explicam que em conglomerados, subsidiárias adotam práticas contábeis, avaliações de desempenho, planos orçamentários compatíveis com as da companhia controladora, sem estarem sujeitas a nenhuma obrigação formal que as forçasse a tais comportamentos.

Como exposto por Dimaggio e Powell (1983, p.151), nem todo isomorfismo institucional deriva da autoridade coercitiva; incerteza é também uma poderosa força que encoraja a imitação. Embasados nas ideias de March e Olsen, afirmam que quando tecnologias organizacionais são mal entendidas, quando metas são ambíguas ou quando o ambiente cria incertezas simbólicas, organizações podem se modelar espelhadas em outras organizações, tidas como modelo.

O isomorfismo normativo, por sua vez, origina-se primeiramente da profissionalização. Dimaggio e Powell (1983, p.152) interpretam a profissionalização como um esforço coletivo de membros de uma determinada ocupação em definir condições e métodos de seu trabalho, para controlar a produção de procedimentos e para estabelecer a base e legitimação de sua autonomia ocupacional.

Comentando as implicações de tais conceitos para agenda de pesquisa em contabilidade, Dias Filho (2004, p. 37) considera que eles podem ajudar a explicar e prever variações e uniformidades no uso de determinadas práticas contábeis. Exemplificando, o autor faz referência à possibilidade de investigar se empresas tendem a copiar certas práticas contábeis que aparentam bem sucedidas em outras organizações, com a finalidade de diminuir as incertezas quanto à eficácia de outros métodos alternativos. Apoiando-se nesse arcabouço teórico, esta pesquisa se desenvolve a partir da seguinte hipótese geral: As práticas de evidenciação contábil adotadas pelo grupo de instituições financeiras consideradas neste estudo são influenciadas pelas práticas do banco de maior porte.

Dimaggio e Powell (1983, p.151) argumentam que o comportamento mimético proporciona consideráveis vantagens no que se refere à economia da ação humana. Quando uma organização depara com problemas de causas ambíguas ou soluções obscuras, esse comportamento pode produzir soluções a baixo custo. As organizações modelos, imitadas, podem não conhecer o problema e podem não querer ser copiadas; elas meramente servem como uma fonte conveniente de práticas que organizações tomam emprestado e podem usar. Exemplificando, expõem a visível busca das empresas americanas em adotar os sistemas japoneses e europeus de qualidade de vida no trabalho. Argumentam que, esse movimento também tem um aspecto ritualístico, isto é, companhias adotam tais inovações para se legitimarem, demonstrando que estão pelo menos procurando melhorar suas condições de trabalho.

Duas importantes implicações desse conceito são: quanto maior o número de empregados ou de clientes, mais pressões a organização sofrerá para fornecer programas e serviços oferecidos por outras organizações. Assim, a força de trabalho e o mercado consumidor encorajam o comportamento mimético (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p.151).

A segunda é que organizações tendem a se modelar depois que outras, similares a elas, que operam em seu ambiente, são percebidas como mais legítimas ou bem sucedidas. É nessa segunda implicação que se baseia a principal premissa da hipótese acima descrita. Pois, com base nessa ideia, supõe-se que o banco de maior porte é percebido pelos demais como mais legítimo ou bem sucedido. Assim sendo, as práticas de evidenciação voluntária de cunho social, adotadas por ele, tenderão a ser copiadas pelos demais. A próxima subseção trará uma revisão sobre o objeto de análise, o balanço social, bem como as justificativas do que será observado. A seção posterior descreverá a metodologia utilizada na realização deste trabalho, a seleção da amostra e coleta dos dados.

### 2.3 Balanço Social: breves considerações

O Balanço Social (BS), fonte de coleta dos dados utilizados neste trabalho, tem sido objeto de estudo de várias pesquisas. Recentemente, Pinto e Ribeiro (2004), ao se debruçarem sobre o conteúdo dos BS de grandes indústrias do estado de Santa Catarina, concluíram que ele tem por objetivo informar o resultado da interação entre empresa e o meio em que ela está inserida. Já Zanella e De David (2002) investigaram essa mesma peça de evidenciação para colher dados visando estudar a relação de causalidade entre lucros e benefícios laborais. Em uma amostra de dezesseis empresas, expõem evidências de uma relação bi-causal entre essas variáveis. Bernardo *et al.* (2005) se preocupam em verificar se o balanço social se presta para fins gerenciais, e confirmam tal assertiva.

Segundo Carneiro (1994), essa demonstração surge para atender às necessidades de informação do usuário da contabilidade no campo social. Assim sendo, tal ferramenta é entendida como um importante mecanismo de divulgação de informações sócio-ambientais. Como já citado, a difundida utilização deste mecanismo de divulgação, aparenta seguir a tendência de ampliação de evidenciações de natureza social, como demonstrado por Deegan, Rankin e Tobin (2002, p.317).

No Brasil, um modelo muito utilizado de Balanço Social é o desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Tal fato foi empiricamente comprovado por Ventura (2005) que, ao estudar a institucionalização das estruturas de Responsabilidade Social Empresarial no setor bancário, constatou que já aparenta existir uma isomórfica utilização deste modelo naquele ambiente. A estrutura desta demonstração, como posta pelo modelo IBASE, relata as seguintes informações:

- Informações financeiras – compostas por receita líquida (excluindo impostos); resultado operacional (lucro ou prejuízo); e folha de pagamento bruta (valor total da folha de pagamento).
- Indicadores sociais internos, tais como benefícios e vantagens concedidas aos funcionários.
- Indicadores sociais externos, que se referem a investimentos realizados na comunidade, como patrocínios e doações.
- Indicadores ambientais, que são os investimentos em meio ambiente.
- Indicadores do corpo funcional, que demonstra a quantidade e perfil dos colaboradores (funcionários).

Este trabalho se concentrou, especificamente, nas informações constantes nos Balanços Sociais de seis instituições bancárias para buscar evidências que permitissem testar a hipótese. O objetivo foi verificar se as variações dos indicadores sociais de um período,

divulgados no Balanço Social do banco de maior porte explicam as variações nos indicadores dos bancos de menor porte, divulgados em período imediatamente posterior.

A escolha do Balanço Social como objeto de análise foi motivada pelo fato de sua publicação ainda não ser obrigatória, o que é de fundamental importância para que a análise seja congruente com a teoria testada, especificamente com o conceito de isomorfismo mimético.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a consecução do trabalho, foram extraídos dados dos Balanços Sociais de seis importantes bancos brasileiros: Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander, Banco da Amazônia e Banco do Brasil. Tais informações estavam disponíveis ou no site oficial das empresas ou no site: [www.balancosocial.org](http://www.balancosocial.org), hospedado pela RITS – Rede de Informações do Terceiro Setor. A RITS é uma organização privada, autônoma e sem finalidade lucrativa, detentora de título de OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e de status consultivo especial junto ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da Organização das Nações Unidas (ONU). A busca de informações em fontes alternativas, que não os sites oficiais, foi necessária pelo fato de que nem todas as organizações pesquisadas disponibilizam todos os seus Balanços Sociais referentes a períodos passados analisados pelo trabalho.

A *proxy* de instituição modelo utilizada, ou seja, percebida como legítima, sólida, pelos demais componentes de um determinado ambiente (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p.151), foi a de tamanho, definida pela receita líquida média entre o período de 2001 a 2004. Este dado foi obtido também nos balanços sociais analisados. Em primeira análise, o banco com maior média de receita líquida para o período acima descrito foi o Banco do Brasil. Mas, por ele fazer parte da administração pública indireta, na forma de sociedade de economia mista, e ter suas receitas fortemente influenciadas pela exclusividade na prestação de alguns serviços, tal como o gerenciamento do crédito agropecuário, preferiu-se não considerá-lo como instituição modelo. Em função disso, foi escolhido o Banco com segunda maior média de receita líquida: o Bradesco.

Para verificar se existe influência da evidenciação do Balanço Social do Bradesco na evidenciação das demais instituições pesquisadas foram rodadas regressões lineares simples. Assim denotada:

$$Y_{bn} = \beta_0 + \beta_1 X_{bm} + \varepsilon$$

Onde:

$Y_{bn}$  = Indicadores Sociais internos e externos de um banco não-modelo.

$\beta_1$  = Coeficiente de regressão variável independente.

$X_{bm}$  = Indicadores Sociais internos e externos do Bradesco, banco modelo, um ano imediatamente anterior aos dos que compõem a variável dependente.

Os modelos de regressão simples, utilizados no trabalho, tiveram como função captar o quanto da variabilidade de  $Y_{bn}$  pode ser explicada por  $X_{bm}$ . Mais especificamente, o quanto da variação dos Indicadores Sociais Internos e Externos presentes em cada um dos Balanços dos bancos não-modelo podem ser explicados pela variação dos Indicadores Sociais Internos e Externos do ano anterior do Banco Modelo – Bradesco.

Buscou-se assim, evidências de que as variações nos números publicados pelo Bradesco referentes aos exercícios de 2001, 2002, 2003 e 2004 podem explicar as variações nos números divulgados referentes aos períodos financeiros de 2002, 2003, 2004 e 2005, respectivamente, de cada um dos demais bancos, com exceção do Banco da Amazônia, para o

qual se teve acesso apenas a Balanços Sociais até o exercício referente a 2004. Tal procedimento teve por finalidade perceber se as demais organizações imitaram as políticas de evidenciação da organização modelo.

O Balanço Social, como dito em seção anterior, é composto por vários itens, mas a maior parte de seu conteúdo apresenta os ISI - Indicadores Sociais Internos e os ISE - Indicadores Sociais Externos. Os primeiros referem-se a benefícios e vantagens concedidas aos funcionários, já estes últimos dizem respeito aos investimentos realizados na comunidade, como patrocínios e doações. Os ISI são tanto expostos, no Balanço Social, a seus valores absolutos quanto a seus valores relativos à folha de pagamento bruta e à receita líquida. Já os ISE são expostos por seus valores absolutos e por seus valores relativos ao resultado operacional e à receita líquida. Os indicadores comparados, expostos abaixo, foram os ISI relativos à folha de pagamento bruta e a receita líquida e os ISE relativos à receita líquida.

Desta maneira foram observados 68 índices, 17 por exercício, dos Bancos: Bradesco, Itaú, Santander, Unibanco e do Banco do Brasil. Já no que se refere ao Banco do Amazônia foram observados 51 índices, referentes aos períodos de 2002, 2003 e 2004. Os indicadores utilizados como variáveis dependentes e preditora são apresentados na tabela 1.

**Tabela 1 - Indicadores das variáveis dependentes e preditora**

<b>Variáveis dependentes - Bancos Não Modelo</b>		<b>Variáveis Preditora - Bancos Modelo - ano anterior</b>	
<b>Relativos à Folha de Pagto. Bruta</b>		<b>Relativos à Folha de Pagto. Bruta</b>	
<b>Indicadores Sociais Internos</b>	Alimentação	Alimentação	
	Encargos Sociais	Encargos Sociais	
	Saúde	Saúde	
	Previdência Privada	Previdência Privada	
	Capacitação e Desenv. Profissional	Capacitação e Desenv. Profissional	
<b>Relativos ao Resultado Líquido</b>		<b>Relativos ao Resultado Líquido</b>	
<b>Indicadores Sociais Externos</b>	Alimentação	Alimentação	
	Encargos Sociais	Encargos Sociais	
	Saúde	Saúde	
	Previdência Privada	Previdência Privada	
	Capacitação e Desenv. Profissional	Capacitação e Desenv. Profissional	
<b>Relativos ao Resultado Líquido</b>		<b>Relativos ao Resultado Líquido</b>	
<b>Indicadores Sociais Externos</b>	Educação	Educação	
	Cultura	Cultura	
	Saúde e saneamento	Saúde e saneamento	
	Esporte	Esporte	
	Total das contrib. para a sociedade	Total das contrib. para a sociedade	

Na identificação dos coeficientes das regressões e respectivas estatísticas utilizadas na análise dos dados do trabalho, bem como informações e gráficos manuseados para verificar se os pressupostos dos modelos foram atendidos, foi utilizado o *software* SPSS versão 15.

#### 4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

A tabela 2 apresenta o  $R^2$  e  $R^2$  Ajustado, ou coeficiente de determinação e coeficiente de determinação ajustado para cada um dos modelos ajustados em função da variável independente “Índices Bradesco - ano anterior”. Essa estatística é uma medida da dimensão do efeito da variável independente sobre a variável dependente (MAROCO, 2007, p.571).

**Tabela 2 - Coeficiente de determinação e coeficiente de determinação ajustado**

Variável Preditora	Variável Dependente dos modelos	R	R <sup>2</sup>	R <sup>2</sup> Ajustado
Índices Bradesco	Índices Itaú	0,962	0,925	0,923
	Índices Unibanco	0,779	0,607	0,601
	Índices Santander	0,868	0,753	0,749
	Índices Brasil	0,788	0,621	0,615
	Índices B. Amazônia	0,605	0,367	0,354

Segundo Maroco (2007, p.571) o valor de  $R^2$  que se considera produzir um ajustamento adequado é subjetivo, sendo nas ciências sociais, admitido como aceitável ajustamento de modelos com  $R^2 > 0,5$ . Como percebido, os  $R^2$  e  $R^2$  Ajustado, com a exceção do modelo que tem como variável dependente os Índices do Balanço Social do Banco da Amazônia, são todos superiores à 0,5, sendo que os do modelo cuja variável dependente são os índices do Balanço Social do Banco Itaú  $> 0,9$ . Os números acima expostos nos permitem afirmar que 92,3%; 60,1%; 74,9% ; 61,5% e 35,4% da variação total de  $Y_{bn}$ , respectivamente, índices dos Balanços Sociais dos Bancos Itaú, Unibanco, Santander, Banco do Brasil e Banco da Amazônia são explicados por  $X_{bn}$  - índices do Balanço Social do Bradesco do ano imediatamente anterior.

A tabela 3 traz as estatísticas de teste  $F$ , juntamente com um **p-valor** e ela associado. Para **p-valor**  $\leq 0,05$  rejeita-se a  $H_0 : \beta_1 = 0$  a favor de  $H_1 : \beta_1 \neq 0$ . Para esses casos, pode-se concluir que a variável independente possui um efeito significativo sobre a variação da variável dependente (MAROCO, 2007, p. 569).

**Tabela 3 - Estatísticas de teste  $F$  e p-valor**

Varável Preditora	Variável Dependente	Soma dos Quadrados	Graus de Liberdade	Quadrados Médios	F	Sig.	
Índices Banco Bradesco	Índices Itaú	Regressão	1943,260	1	1943,260	809,468	0,000
		Erros	158,444	66	2,401		
		Total	2101,704	67			
	Índices Unibanco	Regressão	1559,674	1	1559,674	101,832	0,000
		Erros	1010,866	66	15,316		
		Total	2570,540	67			
	Índices Santander	Regressão	2331,535	1	2331,535	200,729	0,000
		Erros	766,614	66	11,615		
		Total	3098,149	67			
	Índices B. Brasil	Regressão	1189,233	1	1189,233	108,193	0,000
		Erros	725,456	66	10,992		
		Total	1914,689	67			
	Índices B. Amazônia	Regressão	460,195	1	460,195	28,364	0,000
		Erros	795,013	49	16,225		
		Total	1255,209	50			

Nota-se então, que para todos os casos acima, pode-se concluir que o modelo ajustado aos dados é altamente significativo. A tabela 4 traz os coeficientes de  $\beta_0$  e de  $\beta_1$  não padronizados, que seriam os utilizados na notação do modelo, se fosse de interesse do presente trabalho utilizá-lo para prever futuras variações em  $Y_{bn}$ . São apresentados também os Coeficientes Padronizados Beta, com suas respectivas estatísticas de teste. Tal estatística é utilizada para averiguar a importância das contribuições parciais das  $p$  variáveis em um modelo múltiplo (MAROCO, 2007, p. 577). Permite testar as hipóteses  $H_0 : \beta_1 = 0$  contra

$H_1 : \beta_1 \neq 0$ . Como se está utilizando modelos simples, este teste corresponderá ao apresentado na tabela anterior, com mesma interpretação.

**Tabela 4 – Coeficientes do modelo**

Variável Dependente	Constante / Variável Preditora	Coeficientes Não Padronizados		Coeficientes Padronizados	t	Sig.
		B	Std. Error			
Índices Itaú	(Constante)	-0,335	0,236		-1,415	0,162
	Bradesco	0,920	0,032	0,962	28,451	0,000
Índices Unibanco	(Constante)	-0,443	0,597		-0,742	0,461
	Bradesco	0,824	0,082	0,779	10,091	0,000
Índices Santander	(Constante)	-0,545	0,520		-1,048	0,299
	Bradesco	1,008	0,071	0,868	14,168	0,000
Índices B. Brasil	(Constante)	-0,021	0,506		-0,041	0,968
	Bradesco	0,720	0,069	0,788	10,402	0,000
Índices B. da Amazônia	(Constante)	0,013	0,709		0,018	0,986
	Bradesco	0,522	0,098	0,605	5,326	0,000

Os valores das estatísticas até agora apresentadas trazem evidências da possível influência que as informações divulgadas pelo banco modelo têm sobre as informações publicadas pelos demais bancos analisados. Essa relação demonstra-se mais forte para o banco Itaú, que apresenta  $R^2$  igual a 0,925, e de forma diversa, revela-se mais frágil para o Banco da Amazônia com  $R^2$  0,367. Como se observa, este resultado é compatível com as predições feitas pela Teoria Institucional [Meyer e Rowan (1977), Dimaggio e Powell (1983), Tolbert e Zucker (1999)], mais especificamente, com as relações delineadas por Dimaggio e Powell (1983) sobre os processos isomórficos.

Para lastrear essa interpretação, foram realizados testes para verificar se os pressupostos dos modelos tinham sido atendidos. Assim buscou-se averiguar se os erros possuíam distribuição normal, média nula, variância constante e se eram independentes entre si. Tudo isso foi devidamente considerado através da análise das médias e de gráficos produzidos com essa finalidade, com apoio do SPSS.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o crescente volume de evidenciações de caráter voluntário, conforme relatado por Deegan, Rankin e Tobin (2002, p.317), o presente trabalho procurou identificar possíveis relações isomórficas entre as políticas de evidenciação contábil adotadas por seis bancos brasileiros. Tentou colher evidências que confirmassem a hipótese de que as práticas dos bancos menores eram influenciadas pelas do maior, tido como mais legítimo, conforme preconizam estudos empreendidos por Dimaggio e Powell (1983, p.151).

Valendo-se de um modelo de regressão linear, a pesquisa demonstra que quatro dos cinco menores bancos têm as variações nos indicadores divulgados no seu balanço social explicadas pelas variações ocorridas nos indicadores do banco modelo; publicados no ano imediatamente anterior. Esse achado nos remete à conclusão de que realmente quando situações ambientais produzem incertezas e ambigüidades em relação à determinada tecnologia ou procedimento, organizações modelam-se imitando outras que tendem a ser percebidas como eficientes no ambiente em que estão inseridas. Este resultado mostra-se coerente com as predições e explicações da Teoria Institucional [Meyer e Rowan (1977); Dimaggio e Powell (1983); Tolbert e Zucker (1999)]. Comprova-se, portanto, a hipótese testada.

Os resultados revelam, em suas entrelinhas, a influência fatores que se fazem presentes na escolha e determinação de formas e práticas organizacionais em um campo específico de ação corporativa. Mais ainda, põe e relevo a existência de comportamentos organizacionais congruentes com o conceito de isomorfismo mimético, haja vista que práticas de evidenciação de um dos agentes observados são copiadas pelos demais.

Algumas limitações do trabalho, tais como a amostra intencional, feita em função da acessibilidade aos dados e a pouca quantidade de informações não permitem a generalização dos resultados. Contudo, espera-se que o estudo realmente possa contribuir para expandir o conhecimento acerca dos fatores que impulsionam as organizações a adotarem esta ou aquela prática de evidenciação contábil.

Conclui-se, assim, que os achados da presente pesquisa sugerem que bancos de menor porte tendem a copiar modelos e práticas de evidenciação adotados pelos maiores. Este comportamento mostra-se congruente com os preceitos da Teoria Institucional.

Considerando que no Brasil ainda é pequeno o volume de estudos que se propõem a verificar até que ponto as políticas de evidenciação corporativa são influenciadas por forças de ordem institucional, este trabalho vem contribuir para preencher uma importante lacuna em nossa agenda de pesquisas. Mais particularmente, com ele presta-se uma importante contribuição para expandir e fortalecer a base de conhecimentos disponíveis acerca do potencial que a Teoria Institucional apresenta para explicar alguns aparatos contábeis, entre os quais as políticas de evidenciação de cunho social. Confirmou-se que tais políticas de evidenciação são fortemente influenciadas por concepções e pressões derivadas do ambiente em atuam as organizações, de tal forma que uma entidade tende a se esforçar para reproduzir modelos e práticas adotados por seus pares.

Além disso, o estudo contribui para fortalecer a ideia de que os mecanismos de evidenciação contábil não são concebidos e utilizados unicamente em função de necessidades econômicas desta ou daquela entidade. Como sugerem os achados da pesquisa, a adoção de certas práticas contábeis é influenciada pelo sistema cultural e pelo conjunto de valores predominantes em determinado contexto, fato que leva a contabilidade a assumir um caráter social e institucional. Como viu-se em muitas situações, as estratégias de evidenciação contábil são definidas pelo que se consagrou no ambiente como justo, racional, adequado e necessário. Nesse caso, não importa tanto saber se determinada peça de evidenciação apresenta alguma utilidade efetiva para seus destinatários, mas se esse instrumento é percebido como algo significativo no ambiente em que é adotado. Por isso, entende-se que este trabalho vem estimular a realização de novas pesquisas inspiradas no arcabouço da Teoria Institucional, seguindo uma tendência que se delineia no plano internacional há pelo menos três décadas. Buscou-se, enfim, fornecer alguns subsídios teóricos à comunidade acadêmica para identificar oportunidades de pesquisa que possam contribuir para uma melhor compreensão das práticas e dos instrumentos de que se serve a contabilidade no mundo atual.

## REFERÊNCIAS

BERNARDO, Denise Carneiro dos Reis; CALEGÁRIO, Cristina Lelis Leal; PESSANHA, Gabriel Rodrigo Gomes; PINTO, Lauisa Barbosa. Responsabilidade social empresarial: uma análise dos balanços sociais das sociedades anônimas de capital aberto. In: EnANPAD, 2005. *Anais...*, 2005.

CARNEIRO, Guido Antonio da Silva. **Balanco social: histórico, evolução e análise de algumas experiências selecionadas**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

CARPENTER, Vivian L., FERROZ, Ehsan H. Institutional theory and accounting rule choice: an analysis of four US state governments' decisions to adopt generally accepted accounting principles. **Accounting Organizations and Society**, v. 26, p.565 – 596, 2001. [http://dx.doi.org/10.1016/S0361-3682\(00\)00038-6](http://dx.doi.org/10.1016/S0361-3682(00)00038-6)

DEEGAN, Craig; RANKIN, Michaela; TOBIN, John. An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983 – 1997: a test of legitimacy theory. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**. v. 15, n. 3, p. 312 – 343, 2002. <http://dx.doi.org/10.1108/09513570210435861>

DEEGAN, Craig; RANKIN, Michaela. Do Australian companies report environmental news objectively? An analysis of environmental disclosure by firms prosecuted successfully by the environmental protection authority. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**. v. 9, p. 50 – 67, 1996. <http://dx.doi.org/10.1108/09513579610116358>

DIAS FILHO, José Maria. Políticas de Evidenciação Contábil: um estudo do poder preditivo explicativo da teoria da legitimidade. In: EnANPAD, 31., Rio de Janeiro, 2007. **Anais...**, 2007.

DIAS FILHO, José Maria; MACHADO, Luiz Henrique Baptista. Abordagens da pesquisa em contabilidade. In: IUDÍCIBUS, Sergio de; LOPES, Alexsandro Broedel. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W.. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**. v. 48, April, p. 147 – 160, 1983. [http://dx.doi.org/10.1016/S0742-3322\(00\)17011-1](http://dx.doi.org/10.1016/S0742-3322(00)17011-1)

EUSKE, K. J.; RICCABONI, A. Stability to profitability: managing interdependencies to meet a new environment. **Accounting Organization and Society**. v. 24, p. 463 – 481, 1999. [http://dx.doi.org/10.1016/S0361-3682\(99\)00020-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0361-3682(99)00020-3)

FLIGSTEIN, Neil. The spread of the multidivisional form among large firms, 1919-1979. **American Sociological Review**. v. 50, n. 3, p. 377 – 391, 1985. <http://dx.doi.org/10.2307/2095547>

GRAY, Rob; KOUHY, Reza; LAVERS, Simon. Corporate social and environmental reporting, a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting Auditing & Accountability Journal**. v. 8, p. 44 – 77, 1995. <http://dx.doi.org/10.1108/09513579510146996>

MALACRIDA, Mara J. C.; YAMAMOTO, Marina M. Governança Corporativa: nível de evidenciação da informações e sua relação com a volatilidade das ações. **Revista de Contabilidade e Finanças USP**, p.65 – 79, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772006000400006>

MAROCO, João. **Análise Estatística – com a utilização do SPSS**. 3 ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2007.

MARTINS, Eliseu. Normativismo e/ou positivismo em Contabilidade: Qual o futuro? **Revista de Contabilidade e Finanças**. v. 3, n. 39, p. 3-6, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772005000300001>

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEOPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. Institutional organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal Sociology**. v. 83, n. 2, 1977.

PERROW, Charles. Review essay: overboard with myth and symbols. **The American Journal of Sociology**. v. 91, n. 1, p. 151 – 155, 1985.

PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Maisa de Souza. Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de santa catarina. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, n. 36, p. 21 - 34, setembro/dezembro 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772004000300002>

POWELL, Walter W.. **The new institutionalism, to appear in The international Encyclopedia of Organization Studies**. University of Stanford. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/group/song/papers/newinstitutionalism.pdf>> . Acessado em: 15/07/2008.

ROBSON, Keith *et. al.* Transforming audit technologies: business risk audit methodologies and the audit field. **Accounting Organizations and Society**. V. 32, p. 409 – 438, 2007. <http://dx.doi.org/10.1016/j.aos.2006.09.002>

SUIJS, Jeroen. Voluntary disclosure of information when firms are uncertain of investor response. **Journal of Accounting and Economics**.v. 43, p.391 – 410, 2007. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jacceco.2006.10.002>

TOLBERT, Pámela S.; ZUCKER, Lynne G. A institucionalização da teoria institucional. In: CALDAS, Miguel; FACHIN, Roberto; FISHER, Tânia (org.). **Handbook de estudos organizacionais**. v.1. São Paulo: Atlas, 1998.

TOMS, J. S. Firm resources, quality signals and the determinants of corporate environmental reputation: some UK evidence. **British Accounting Review**. v.34, p. 257 – 282, 2002. <http://dx.doi.org/10.1006/bare.2002.0211>

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. Institucionalizando a Responsabilidade Social: Arranjos Estruturais no Campo das Organizações Bancárias. In: EnANPAD, 2005. **Anais...**, 2005.

WATTS, R. L; ZIMMERMN, J. L. **Positive Accounting Theory**. New Jersey: Prentice-Hall, 1986.

ZANELLA, Fernando Caputo; DE DAVID, Afonso Rodrigo. O balanço social como fonte de investigação científica: a relação entre lucros e salários. In: EnANPAD, 2002. **Anais...** 2002.